

As Potencialidades Da Licenciatura Em Educação Do Campo Da Unb Para O Fortalecimento Da Identidade Territorial Camponesa

The Potentials Of Licensing In Education Of The Unb Field For The Strengthening Of The Peasant Territorial Identity

Debora Haifa da Silva Costa¹

Francilane Eulália de Souza²

Resumo

No Brasil os movimentos sociais do campo se uniram para a elaboração de um projeto de educação no/do campo que valorize a identidade territorial camponesa. Nesse contexto, este trabalho buscou compreender qual o potencial que o curso de Licenciatura em Educação do Campo ofertado pela Universidade de Brasília – Planaltina-DF tem para o fortalecimento da identidade territorial camponesa. Para tanto, realizou-se revisão bibliográfica de conteúdos ligados ao tema da pesquisa, pesquisa documental, entrevistas com o corpo docente do curso e aplicação de questionários aos estudantes concluintes. Finda a pesquisa, foi possível perceber que o curso considera o cotidiano do estudante como elemento crucial no processo de ensino-aprendizagem, proporcionando, assim, na percepção dos estudantes, uma valorização de sua identidade territorial.

Palavras-Chave: Identidade Territorial; Educação do campo; Camponês.

Abstract

In Brazil the rural social movements came together to create an education project in/from the countryside that values the territorial identity of the farmers. This research work understands how the Education Degree course at the University of Brasília - Planaltina-DF contributes to the strengthening of the territorial identity. For this, a bibliographic review of the content related to the research theme was necessary, such as documentary research, interviews with the course's teachers and questionnaires to graduated students were carried out. At the end it was possible to notice that the course considers the student daily life as a crucial element in the teaching process, which is presented in the social representation of students who value their territorial identity.

Keywords: Territorial indentity; Field Education; Peasants.

1 Mestranda do programa de pós-graduação em Geografia da UNB. haifadebora@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3984-3374>

2 Professora Doutora do departamento de Geografia da UEG campus Nordeste. francilanee@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7610-8099>

Introdução

A educação é um dos instrumentos políticos indispensáveis para a existência do campesinato, e, por este e outros fatores, historicamente, a educação voltada para as áreas rurais no Brasil foi esquecida. Projetos sólidos de educação no/do campo, que realmente valorizam a identidade e o cotidiano das pessoas que vivem e trabalham no campo, começam a surgir somente a partir da década de 1990. É nesse contexto que são gestados – principalmente pelos movimentos sociais do campo – o projeto de Educação no/do Campo e os cursos de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), os quais constituíram importante conquista, pois se tornaram uma política pública de valorização do território camponês.

Tendo isso em vista, este trabalho buscou compreender a o potencial de contribuição da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) ofertado pela Universidade de Brasília (campus Planaltina do Distrito Federal) para o fortalecimento da identidade territorial camponesa a partir, dentre outras análises, a de seus componentes pedagógicos e da representação social dos estudantes concluintes. Para tanto, recorreu-se à aplicação de entrevista com o corpo docente e de questionário com estudantes das duas turmas do ano de 2018, buscando compreender a visão deles acerca do curso e dos elementos de valorização da identidade territorial nele presentes. Houve ainda análise documental de material pedagógico e de marcos legais ligados ao curso.

Após a pesquisa documental, é possível afirmar que os componentes curriculares estão organizados de forma a possibilitar uma abordagem que valoriza o cotidiano dos estudantes através das disciplinas e atividades pedagógicas. Ademais, na visão dos estudantes, o curso contribui para a valorização de sua identidade territorial camponesa.

O Caminho Da Pesquisa: Perspectivas Teóricas E Metodológicas

A pesquisa em educação se constitui por diversos desafios, visto que é necessária a colaboração dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, nem sempre é possível abarcar todos os sujeitos nas pesquisas de campo, pois dependemos da colaboração desses sujeitos

para realizar a mesma. Nesse contexto, esta pesquisa foi permeada por encontros e desencontros dos sujeitos: estudantes e professores da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) que foram envolvidos na medida que se propuseram a colaborar com ela.

Nesse panorama, também foram entrevistados dois membros do corpo docente do curso em um total de 29 professores do quadro permanente e aplicados 26 questionários com estudantes do 7º e 8º período no ano de 2018, buscando compreender a visão deles acerca do curso e dos elementos de valorização da identidade territorial presentes no período de sua formação. Realizamos, ainda, análise dos documentos ligados ao curso, tais como as ementas das disciplinas e o Projeto Político Pedagógico do curso de 2009 – único disponibilizado pela coordenação –, a fim de compreender a organização do curso, a estrutura das disciplinas e os componentes curriculares desenvolvidos ao longo do curso de formação de professores do campo.

Os estudantes entrevistados foram especificamente os do 7º e 8º semestre do curso, e os questionários foram aplicados no primeiro semestre de 2018. As duas turmas possuíam um total de 85 estudantes divididos em 28 estudantes da área de Linguagens, 22 estudantes da área de Matemática e 35 estudantes da área de Ciências da Natureza. Escolhemos estudantes do último semestre por considerar que eles já haviam vivenciado o curso, logo, apresentavam melhores condições de participar da pesquisa, visto que as perguntas norteadoras do questionário estavam ligadas ao grau de relação dos estudantes com o campo, à importância das disciplinas do curso para o cotidiano na comunidade e à identificação dos estudantes com o curso e a sua estrutura.

No processo de realização de pesquisa de campo, foram feitas cinco tentativas presenciais de contato com as turmas para aplicação dos questionários, visando aplicá-los ao maior número possível de estudantes. Entretanto, em cada tentativa foi possível aplicar apenas um número razoável de questionários, totalizando 26 questionários. Vale ressaltar que, além da indisponibilidade de tempo para participar da pesquisa enfrentada pelos estudantes, cinco estudantes receberam o questionário e entregaram-no em branco.

A análise das respostas dos estudantes evidenciou que a disciplina intitulada “Pesquisa e Memória” foi majoritariamente citada como uma disciplina que se relaciona ao cotidiano dos

estudantes em suas comunidades. Por isso, foram marcadas duas entrevistas com a docente responsável, ocasião em que ela descreveu as principais metodologias e atividades desenvolvidas durante a disciplina. Ao longo da pesquisa, foram realizadas tentativas de entrevista com outros docentes, porém, não se obteve êxito.

Como já destacado, esta é uma pesquisa em educação que necessita da colaboração dos sujeitos envolvidos, assim, embora o percentual de estudantes e professores entrevistados esteja em torno de 30% do total, pudemos perceber que a pesquisa com esses sujeitos não apresenta contradições significativas que pudessem inviabilizá-la. Assim, apresentamos os resultados e análises obtidos nas seções a seguir.

Breve Discussão Teórica Sobre Território E Identidade Territorial Camponesa

A presente pesquisa está alicerçada a partir de categorias e conceitos da Geografia, logo, o debate teórico sobre território e identidade camponesa foram de suma importância para essa pesquisa.

O debate sobre território na Geografia é vasto e vem avançando teoricamente ao longo do século XXI. Diversos pesquisadores brasileiros - Rogério Haesbaert, Morcelo Lopes de Souza- vêm contribuindo para o pensamento que se propõe sobre a categoria território. Não pretendemos aqui traçar todo o caminho teórico que esse conceito tomou ao longo da Geografia, fato que demandaria um exercício para além de um artigo. Assim, apresentaremos nosso entendimento, com base em alguns estudiosos da Geografia, sobre território, para assim pensar a identidade territorial camponesa.

Entendemos a categoria território, que está posta nesse conceito de identidade territorial camponesa, como um espaço de ocorrência das relações de poder (RAFFESTIN, 1993). Sendo que o território possui vários atributos, como a multidimensionalidade – política, social, econômica, etc. – e as suas escalaridades micro e macrodimensionais que estabelecem as relações de poder. Podemos citar como exemplo dessas escalas: a casa, o município, o estado, etc., (SOUZA, 1995), além de suas formas indissociáveis, que são a materialidade e a imaterialidade muito discutidas a partir da década de 1990 no Brasil.

Os estudos sobre a categoria território se aprofundaram e, notadamente, apontaram que as relações de poder não se limitavam a um poder centrado apenas no Estado. O poder do Estado, principalmente político e administrativo, é relevante, mas não é o único, logo, o debate sobre território ampliou-se, estendendo para outras dimensões. Então, território está centrado nas relações de poder, pode ocorrer nas diversas escalas e dimensões, e, aqui nesse trabalho, interessa pensar o território do camponês (rural)? que certamente se diverge do território urbano.

Assim, para o estudo que pretendemos apresentar nesse artigo, o conceito de camponês também é relevante, e para esse trabalho, pensamos esse estabelecido a partir do paradigma do “fim do fim” do campesinato, cujo principal objetivo é defender a existência desse sujeito que, segundo Fernandes (2004), se constitui a partir de sua resistência.

Na definição de camponês tomamos Ariovaldo Umbelino que aponta “No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada” (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Esse autor apresentou algumas características de dimensão econômica para definir o campesinato brasileiro e, além disso, enquanto categoria social, podemos destacar características de cunho cultural, como o modo de vida do camponês, que se apresenta de diversas formas nas múltiplas escalas do espaço brasileiro. Logo, o camponês possui uma relação com a terra para além da relação unicamente econômica, pois, ele vivencia a mesma como terra de trabalho, território de produção de vida, logo, também território de produção dos seus hábitos e costumes. Ainda, território de produção e reprodução de seus valores, constituído e constituídos na vivência com o campo.

E, nessa perspectiva entendemos a identidade territorial camponesa como aquela construída a partir de uma alusão ao território, resultante de significados e experiências constituídas por meio das relações que são cotidianamente marcadas por um poder que caracteriza um território material ou/e imaterial. Se o território é multidimensional, não podemos aferir a essa identidade só a identificação com os elementos culturais que se dão no território, tampouco somente com a sua

dimensão econômica, de modo que a identidade territorial camponesa pode se estabelecer numa totalidade territorial que abarque essas dimensões: é justamente a forma como o camponês constrói suas relações no território, ou seja, a forma como ele vive que o diferencia do agricultor capitalista e que compõe a identidade territorial camponesa (SOUZA, 2012; 2020).

As Licenciatura em Educação do Campo (LEdoCs) são cursos de graduação que se territorializam em territórios camponeses, logo, entender seu potencial para o fortalecimento da identidade camponesa na visão dos estudantes é um exercício necessário. Saber como esses sujeitos pensam um curso de graduação voltado para seu território é relevante para a educação que se faz no campo.

A Constituição Das Licenciatura Em Educação Do Campo No Brasil

O projeto de educação no/do campo, gestado pelos movimentos sociais e pelos trabalhadores do campo, diferencia-se social e politicamente da educação rural e urbana e, por isso, adere a uma nomenclatura diferente. A nomenclatura adotada pelo movimento de educação no/do campo utiliza “do”, não somente mais “no” campo ou meio rural; comumente, emprega-se juntamente “no/do” para indicar uma educação situada no meio rural, voltada para as especificidades do campo. Tal projeto de educação se diferencia dos paradigmas de educação anteriores por seu histórico e por seus objetivos pautados na luta pela terra, nos movimentos sociais e na valorização da cultura e dos conhecimentos dos camponeses, compreendendo a importância de ter uma escola que busque continuamente entender as peculiaridades camponesas (FERNANDES, 2006; SOUZA, 2012; CALDART, 2010).

O movimento pela educação do campo surgiu no século XX, em meados da década de 1990. Segundo Fernandes (2006, p. 28), “a Educação do Campo nasceu das demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária”. Tal movimento, inicialmente, congregou várias entidades e instituições, e, por pertencer a um histórico de lutas desenvolvido principalmente pelos movimentos sociais, possui características que, segundo Caldart (2010), não podem ser compreendidas em si mesmas. Em outras palavras, não é possível compreender o movimento de Educação do Campo de forma isolado de seu contexto

histórico e social, visto que se trata de um movimento de combate ao atual estado da educação e do campo, propondo um modelo de campo contra hegemônico.

À medida que o projeto de Educação do Campo avançou em seus objetivos, consolidou-se a proposta de um curso de formação de professores do campo diferente das licenciaturas já existentes, de modo que os cursos de Licenciatura em Educação do Campo passaram a fazer parte das pautas dos movimentos sociais do campo e da agenda nacional, enquanto se desenvolvia o debate sobre a educação do campo. Nesse contexto, o curso de Licenciatura em Educação do Campo nasceu a partir da criação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) no ano de 2006, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) vinculada ao Ministério da Educação (MEC). O objetivo do programa é “[...] apoiar a implementação de cursos regulares de licenciatura em Educação do Campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país [...]” (PORTAL MEC, 2012).

Já o curso de Licenciatura em Educação do Campo iniciado na Universidade de Brasília foi originado a partir das discussões da II Conferência de Educação do Campo, ocorrida no ano de 2004 em Luziânia/GO. Após aprovação do Ministério de Educação (MEC), a primeira turma foi iniciada ano de 2007 como uma experiência piloto, com o objetivo de formar professores habilitados para atuar nos anos finais da Ensino Fundamental e no Ensino Médio, ambos pertencente à Educação Básica, bem como na modalidade de Educação de Jovens e Adultos nas escolas em área rural (UNB, 2009).

O curso possui vários elementos que o diferenciam de outros cursos de formação docente, tais como: a formação por áreas do conhecimento, a valorização de tempos de formação distintos através da pedagogia da alternância, além de uma perspectiva de educação que compreende a importância de formar profissionais capazes de atuar na gestão de processos escolares e processos educativos na comunidade, dando oportunidade para que a escola se relacione com a comunidade em que está inserida e busque transformá-la a partir de um ideal de campo mais justo para todos (UNB, 2009). Percebe-se, ainda, o caráter interdisciplinar do curso, que se manifesta ao valorizar a

formação de professores não apenas para atuarem em suas áreas de habilitação, mas para proporem formas de transformar a realidade das comunidades em que estão inseridos.

O Edital do Ministério da Educação (MEC) de n. 02, de 23 de abril de 2008 e o Edital n. 09, de 29 de abril de 2009 ampliaram a submissão de projetos que iam além dos projetos pilotos e, no ano de 2012, outra importante conquista para o curso de Licenciatura em Educação do Campo se deu através do Edital Secretaria de Educação Superior (SESU), da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica (SETEC), da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) nº 2/2012, que reforçou o compromisso que as universidades deveriam ter com a institucionalização dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo. As instituições passaram a ofertar o curso de forma mais consistente, deixando de ser apenas uma experiência piloto e realmente incorporando o curso de forma ininterrupta nos anos seguintes.

Podemos dizer, que a oferta de um curso de Licenciatura em Educação do Campo nas universidades federais brasileiras, possibilita a formação em diversas áreas do conhecimento e consiste em uma política pública elaborada a partir da luta dos movimentos sociais do campo. É nesse sentido que o curso deve ser considerado fruto da luta popular por reivindicação de direitos e uma conquista para o movimento de Educação do Campo.

Por fim, vale ressaltar que, no Brasil, até 2018, existiam 42 cursos de Licenciatura em Educação do Campo distribuídas em 37 instituições de ensino. Os cursos foram implementados em tempos distintos; no Distrito Federal, a primeira experiência deu-se no ano de 2007, com a aprovação pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília vinculado à Faculdade de Planaltina (FUP/UnB). Ao longo dos anos as Licenciaturas em Educação do Campo passaram para 45 em 2020.

A Estrutura E O Funcionamento Do Curso Da LEdoc Da Universidade De Brasília

A partir de pesquisa documental envolvendo o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UnB-FUP, elaborado em 2009, de arquivos referentes ao curso e de informações cedidas pela coordenadora do curso do ano de 2018 por meio de entrevista,

foi possível compreender de que forma esse curso de Licenciatura em Educação do Campo se estruturou e como tem funcionado atualmente.

No ano de 2018, ano da realização dessa pesquisa, havia 330 estudantes matriculados no curso, moradores do Distrito Federal e de estados vizinhos como Goiás e Minas Gerais. Nos anos iniciais da oferta da Licenciatura em Educação do Campo, a universidade recebia estudantes de várias regiões do Brasil, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; a partir do ingresso da segunda turma, outros estados foram incorporados, como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Porém, devido ao funcionamento do curso em tempos formativos de alternância, observou-se várias dificuldades para os docentes acompanharem os estudantes durante o tempo em que estavam nas comunidades de origem, desempenhando atividades formativas.

A partir dessa problemática, o curso decidiu repensar a distribuição territorial de seus estudantes para que os discentes tivessem um acompanhamento de qualidade dos professores supervisores durante seus períodos de estudo no Tempo Comunidade (TC). Por esse motivo, no ano de 2018, o curso recebeu estudantes do Distrito Federal e dos estados de Goiás e Minas Gerais.

Para que a formação docente ocorra de modo a valorizar as vivências dos estudantes, sem tirá-los de seus espaços de vida, foi necessário adotar tempos formativos diferenciados (vale ressaltar, aqui, que a Licenciatura em Educação do Campo (9EdoC) é o único curso da UnB a incorporar um tempo formativo diferente), o que se deu através da Pedagogia da Alternância, cuja organização curricular, conforme Molina e Sá (2012), prevê etapas (equivalentes a semestres de cursos regulares), ofertadas em regime de alternância entre dois tempos educativos distintos – Tempo Escola e Tempo Comunidade –, tendo em vista a articulação intrínseca entre educação e a realidade específica das populações do campo. De acordo com Molina (2010), a Pedagogia da Alternância valoriza diferentes tempos e espaços educativos para promover a formação dos educadores considerando suas vivências e especificidades.

Assim, no Tempo Escola, os estudantes passam cerca de 60 dias na universidade em tempo integral estudando, compartilhando e adquirindo novos saberes através das aulas e das práticas formativas coletivas desenvolvidas na universidade. No Tempo Comunidade, por sua vez, em que os

estudantes estão inseridos em sua realidade e suas vivências cotidianas, existem várias atividades, seminários e tarefas a serem desenvolvidos buscando incentivar os estudantes a conhecer melhor sua comunidade e a produzir novos modelos de conhecimento a partir da investigação e da pesquisa. Percebe-se uma forma diferente de produzir saberes, não apenas alicerçados no conteúdo sistematizado transmitido inicialmente pela universidade, mas produzido a partir do cotidiano dos estudantes em direção à universidade para a troca de experiências e a produção de novas formas de aprender e compreender o mundo que os cerca. Ademais, essa perspectiva de ensino também possui potencial para fortalecer a identidade territorial camponesa, na medida em que coloca o território dos alunos como espaço de formação.

Outro elemento importante, que busca garantir a permanência dos jovens na universidade durante o período de formação, são as políticas de incentivo aos estudantes a partir de auxílio financeiro. Trata-se do Decreto nº 389, de 9 de maio de 2013 do Ministério da Educação, que concede o programa de bolsas permanência para estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em cursos de graduação. No ano de 2018, contabilizou-se cerca de 80% dos estudantes com participação em algum programa de auxílio estudantil. Vale destacar que a partir de 2018 os auxílios estudantis foram diminuindo em função de cortes federais.

Barbosa (2012) ainda complementa que a LEdoC/UnB apresenta diversas características que a distinguem das outras licenciaturas ofertadas nas instituições, como, por exemplo, a relação não hierárquica e transdisciplinar entre diferentes tipos e modos de produção de conhecimento, a ênfase na pesquisa como processo desenvolvido ao longo do curso, elemento integrador de outros componentes curriculares, bem como a adoção de processos educativos que garantem a valorização dos conhecimentos já adquiridos pelos estudantes em suas práticas cotidianas culturais e vivências socioculturais o que pode também ser reconhecido como espaço para a valorização da identidade territorial camponesa.

A partir da análise das ementas das disciplinas oferecidas no curso, foi possível compreender quais delas permitem trabalhar o cotidiano do camponês e valorizar a identidade

territorial camponesa dos futuros profissionais da educação. Tais disciplinas serão comentadas adiante.

No Núcleo de Estudos Básicos (NEB), existem duas disciplinas principais que permitem um trabalho pedagógico voltado para o cotidiano dos estudantes, são elas: “Teoria Pedagógica”, trabalhada em IV etapas durante 5 semestres, totalizando 240 horas e 16 créditos, e “Questão Agrária”, com 30 horas e 2 créditos.

A disciplina “Teoria Pedagógica” tem como objetivo “reorganizar o pensamento educacional em torno das seguintes matrizes formadoras: o trabalho e a prática social; a cultura; os movimentos sociais; e a experiência da opressão” (UnB, 2009). Assim, permite compreender de que forma a Educação do Campo configura um projeto importante para o fortalecimento da identidade territorial camponesa.

Já a disciplina “Questão Agrária”, de acordo com o Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Unb (UNB, 2009), pretende estudar os seguintes tópicos: o que é questão agrária; a evolução da situação de posse e uso da terra no Brasil e a formação do campesinato brasileiro; diferentes teses clássicas sobre a questão agrária brasileira; debate atual sobre Reforma Agrária e desenvolvimento do campo. A ementa da disciplina evidencia a possibilidade de analisar os elementos que compõem a questão agrária brasileira de modo a fortalecer o debate das lutas camponesas a partir dos processos históricos e sociais ligados ao campesinato brasileiro, bem como de trabalhar a identidade territorial camponesa e sua importância para o desenvolvimento do campo.

O Núcleo de Estudos Específicos (NEE) possui quatro disciplinas e um eixo (com cinco disciplinas) que possibilitam valorizar o cotidiano do camponês, sua identidade e suas especificidades, são elas: “Arte e Sociedade”, trabalhada em 5 semestres, totalizando 240 horas e 16 créditos; “O papel do campo no atual contexto do capitalismo mundial”, com carga horária de 60 horas e 4 créditos; “A formação da identidade humana e a organização da sociedade”, também composta por 60 horas e 4 créditos; “Escola e Educação do Campo”, dividida em duas etapas/semestres, totalizando 60 horas de carga horária e 4 créditos; e o eixo 3, intitulado “Gestão

de Processos Educativos nas Comunidades” é dividido em três componentes curriculares distintos, totalizando 165 horas aula e 11 créditos. Aqui observamos que a categoria identidade fica em evidência abrindo espaço para que os alunos camponeses possam pensar a identidade camponesa.

A disciplina “O papel do campo no atual contexto do capitalismo mundial”, de acordo com o Projeto Político e Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UnB (2009), tem como objetivo discutir as relações entre o modelo de desenvolvimento contemporâneo, baseado na produção industrial, e a produção agropecuária, aprofundando e debatendo as principais forças em disputa no campo, em especial o agronegócio e a agricultura familiar. Essa disciplina possibilita compreender os modelos ideológicos de desenvolvimento existentes no campo brasileiro, bem como as relações entre campo e cidade, dando a conhecer ao estudante de forma totalizante sua realidade enquanto camponês, a realidade do seu território e as disputas de poder que nele acontecem.

Já o componente curricular “A formação da identidade humana e a organização da sociedade” busca “estudar como ocorrem os processos de formação das identidades do ser humano e suas diferentes dimensões” (UnB, 2009). Pretende, assim, compreender as diferentes identidades que se formam no território, dando abertura para trabalhar o conceito de camponês e de identidade territorial camponesa, seus processos e os diferentes elementos que dela fazem parte.

“Escola e Educação do Campo”, por sua vez, conforme o Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo UnB (2009), oportuniza estudos que permitem discutir/firmar uma concepção de escola do campo e sua função no projeto educativo dos sujeitos do campo, construindo uma relação entre o projeto de campo existentes e o projeto de educação firmado na valorização do modo de vida do campo e seus sujeitos.

Por sua vez, no eixo 3, “Gestão de Processos Educativos nas Comunidades”, tem-se os seguintes componentes curriculares: “Projeto de Desenvolvimento de Campo”; “Sujeitos do Campo”; “Métodos de Organização e Educação Comunitária”, este último dividido em três etapas, trabalhadas em três semestres. O objetivo desse eixo é a preparação específica dos estudantes para a inserção no trabalho formativo e organizativo com as famílias e grupos sociais de origem dos estudantes, para

liderança de equipes e para a implementação de iniciativas e projetos de desenvolvimento comunitário que incluam a participação da escola (UNB, 2009). Propõe desenvolver debates sobre a realidade do campo brasileiro, discutir as estratégias dos movimentos sociais do campo ligados aos projetos de educação, compreender as alterações provocadas no campo pela Revolução Verde e o agronegócio e discutir o papel da educação no processo de desenvolvimento da identidade territorial camponesa.

Já no Núcleo de Atividades Integradoras (NAI), dentre as disciplinas que permitem trabalhar o cotidiano camponês, destaca-se na fala dos estudantes a que se intitula “Pesquisa”, dividida em cinco semestres com uma carga horária de 135 horas aula e 9 créditos. De acordo com a docente responsável, o nome da disciplina foi modificado em 2010 para “Pesquisa e Memória”. Trata-se de um componente curricular que busca incorporar as práticas investigativas nos ambientes de vivência dos estudantes e promover relação entre a pesquisa por eles desenvolvida e o histórico de sua comunidade, família e território. Consolidou-se, ao longo do tempo, como um componente importante para a formação dos estudantes e a compreensão deles enquanto camponeses.

Por fim, vale destacar que, embora muitas disciplinas apresentem a possibilidade de trabalhar a identidade territorial camponesa, veremos adiante que os estudantes apresentam formas distintas de perceber esses componentes curriculares e de reconhecer aqueles que de fato promovem interação entre o conhecimento sistematizado e o cotidiano dos estudantes.

Representação social dos estudantes concluintes sobre as contribuições do curso de licenciatura em educação do campo

O curso de Licenciatura em Educação do Campo se fundamenta nas concepções contra hegemônicas de desenvolvimento do campo brasileiro. Nesse sentido, a educação do campo desempenha um papel indispensável para a consolidação de uma perspectiva de campo que valoriza a cultura, os saberes e a identidade territorial dos camponeses.

É nesse contexto que buscamos compreender qual a representação social dos estudantes a respeito das contribuições do curso para o fortalecimento da identidade territorial camponesa, a partir de aplicação de questionários com estudantes concluintes do ano de 2018. Para tanto,

recorremos às teorias da representação social, que auxiliam a compreender as concepções que os estudantes têm sobre as contribuições supracitadas.

Partimos, aqui, da concepção de que a representação social é a representação de alguma coisa ou de algum objeto e se caracteriza, segundo Jodelet (2001, p. 22), como uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada com um objetivo prático, que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Ainda:

[...] fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime. No final das contas, ela produz e determina comportamentos, pois define simultaneamente a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam, e o significado das respostas a dar-lhes (MOSCOVICI, 1978, p. 26).

Também consiste em “sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros e organizam as condutas e as comunicações sociais” (JODELET, 2001, p.22). Pode-se, com essa definição, destacar que é a partir das nossas representações sociais que formamos conceitos, imagens, símbolos, enfim, que construímos nosso saber com base no senso comum.

Por isso, a representação social é muito importante em pesquisas educacionais. Em nosso caso, permite identificar como é interpretada e representada a Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da UNB, o que ela simboliza e como os estudantes e professores interagem com ela. É a partir dessa teoria que foi realizada a pesquisa de campo com entrevistas aos estudantes do curso da LEdoC da UNB no ano de 2018 buscando saber o papel desse curso para o fortalecimento da identidade territorial camponesa, além a representação de campo e sobre a escola.

As turmas são identificadas a partir de nomes escolhidos pelos estudantes. A turma 8, intitulada Ganga Zumba, possui estudantes da área de Linguagens, e a turma 9, intitulada Maria Carolina de Jesus, tem estudantes das áreas de Ciências da Natureza e Matemática. Quando perguntado sobre a razão da escolha de tais nomes, um estudante da turma respondeu: “Os nomes das turmas são formas de resistência!”.

Dos 26 estudantes que responderam o questionário, 53% são moradores do município de Cavalcante no estado de Goiás, principalmente da Comunidade Kalunga Vão de Almas; 23% são do município de Flores de Goiás; 11,5% são do município de Formosa em Goiás; 7,6% são do município

de Monte Alegre de Goiás e 4,9% são moradores do meio rural de Planaltina do Distrito Federal. Todos esses alunos estão inseridos no campo. A idade dos estudantes entrevistados varia entre 21 e 34 anos, sendo 58% do sexo feminino e 42% do sexo masculino. Em relação à identificação por cor da pele, 76,9% dos estudantes se identificaram como pretos, enquanto 12,1% como pardos e 11% não declararam sua cor. Ademais, 84% dos estudantes em 2018 participavam de algum programa de assistência estudantil, o que pode ser considerado um indicativo positivo frente às necessidades e desafios existentes para a permanência desses estudantes na formação de nível superior.

Antes de iniciarmos a pesquisa sobre o papel do curso para a identidade territorial camponesa dos estudantes, procuramos saber como eles representavam o campo. Um estudante não respondeu, enquanto os outros 25 citaram pontos relevantes sobre campo, como por exemplo: “onde eu sinto liberdade sem opressão”; “minha vida, identidade e minha história”; “lugar de luta e resistência a partir da cultura dos conhecimentos milenares”. As palavras que mais apareceram na definição de campo dos estudantes são: “vida”, “felicidade”, “alimento”, “paz” e “tudo”. Evidencia-se, assim, que os estudantes possuem uma identidade camponesa marcada por uma relação afetiva permeada por valorização positiva com o campo e, também, marcada por costumes e hábitos do campo como representação de vida.

Questionamos também sua representação sobre a existência de uma escola do campo que valorize as características dos indivíduos do campo, ao que os estudantes apresentaram pontos importantes como “a escola do campo forma seres pensantes e não para reproduzir o capital”; “fortalece a permanência no campo”; “valoriza a conservação da cultura do camponês”. Assim, foi possível perceber que os estudantes concluintes do curso compreendem a importância da existência de um projeto de educação voltado para o campo numa perspectiva de valorização do campesinato.

Outra pergunta levantada foi sobre se a Licenciatura em Educação do Campo fortalecia sua identidade com o campo e, todos estudantes pontuaram que sim, entretanto, quando indagados em relação a qual disciplina mais trabalha com o cotidiano do camponês e qual atividade pode ser considerada a mais marcante durante o curso de Licenciatura em Educação do Campo, as respostas dos estudantes apresentaram compatibilidade, visto que nas duas perguntas mais de 50% dos

estudantes compreendem a disciplina de “Pesquisa e Memória” como a que mais associa o conteúdo sistematizado com a realidade dos estudantes e a que mais se destaca durante todo o curso. Também apareceram como respostas as atividades “mística” e “teatro”.

Embora já tenhamos listados, as potencialidades que outras disciplinas desse curso possuem para trabalhar a identidade territorial camponesa, em virtude dos fatos mencionados pelos estudantes, buscou-se compreender minuciosamente os motivos que levaram os estudantes a considerar a disciplina “Pesquisa e Memória” como a mais marcante em relação ao cotidiano dos estudantes durante todo o curso. Adiante, analisaremos como se estrutura essa disciplina e as suas principais características.

A importância da disciplina Pesquisa e Memória para a formação do professor do campo

Após compreender que a disciplina intitulada “Pesquisa e Memória” é um componente marcante e desempenha importante papel na formação dos estudantes, de acordo com eles próprios, buscou-se conhecer melhor de que forma essa disciplina se organiza. Ao entrar em contato com a docente responsável por meio de entrevista, foi possível conhecer esse componente curricular e entender a importância que a memória desempenha para o fortalecimento da identidade territorial camponesa dos estudantes. De acordo com a Saraiva (2016, p 29),

Reconstruir a memória camponesa abre a possibilidade de dar visibilidade pública às violações cometidas pelo Estado e seus agentes contra homens e mulheres do campo, violentados por lutarem pelo direito a terra possibilitando assim a resistência ao avanço de uma modernização excludente, dolorosa e marcada pela usurpação de direitos.

Em outras palavras, ao exercitar a memória através da história, abrem-se possibilidades para conhecer o passado e articular meios de transformar o futuro a partir da realidade que se apresenta, logo parece que as perspectivas teóricas sobre memória podem contribuir para pensar a identidade territorial camponesa.

A docente responsável pela disciplina possui formação em História, Mestrado em Ciência Política e Doutorado em Desenvolvimento Sustentável com Comunidades Tradicionais e atua nos

cursos de Licenciatura em Educação do Campo e Gestão Ambiental na UnB-FUP. Em entrevista, ela relatou sua visão em relação à importância do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Em suas palavras: a LEdoC, além de abrir possibilidades para formação em nível superior dos sujeitos do campo, é a oportunidade de encontrar a educação popular atrelada aos moldes universitários, consolidando-se assim uma conquista para os movimentos sociais do campo.

De acordo com a docente, a disciplina “Pesquisa e Memória”, desempenhada nos primeiros 5 semestres do curso, cumpre o papel de trazer ao tempo presente as memórias e histórias das trajetórias dos estudantes e de suas comunidades, dando-lhes a oportunidade de se reconhecerem enquanto sujeitos históricos e de direitos, de modo a possibilitar que reconheçam seus processos identitários e suas memórias coletivas e individuais ainda no início da formação docente.

Durante os primeiros momentos da disciplina, os estudantes se agrupam de acordo com seus territórios, de forma que passam todo o tempo da disciplina trabalhando juntos, buscando compreender melhor suas histórias e trajetórias coletivas; depois, passam por processos de se reconhecerem enquanto camponeses a partir da compreensão dos conceitos de camponês, território, identidade territorial, identidade camponesa e memória. Após o momento de compartilhar suas vivências e iniciarem o processo de construção das identidades, os estudantes começam a buscar meios de reconstruir a história e a memória dos territórios através da pesquisa desempenhada no Tempo Comunidade.

Em cada semestre, os estudantes possuem uma proposta de pesquisa direcionada a um aspecto de sua comunidade através de atividades que os valorizam enquanto investigadores e pesquisadores, dentre as quais figuram: a construção de árvore genealógica, conhecimento do próprio território a partir de um roteiro de entrevista guiado, reconhecimento da presença de várias gerações em apenas um território, busca por registros históricos do território, entre outras. A organização da disciplina, portanto, se estrutura na pedagogia da alternância para executar os diferentes níveis da pesquisa.

Em entrevista, a docente responsável ressalta que o curso de Licenciatura em Educação do Campo e a formação por meio da pedagogia da alternância possibilitam ampla participação dos

estudantes na produção do conhecimento, visto que os estudantes incorporam as experiências de investigação dos próprios territórios ao conhecimento sistematizado da universidade, assim, o estudante participa ativamente da construção de conteúdo pedagógico, visto que é a partir de suas pesquisas na comunidade original que a disciplina vai se organizando nas próximas etapas presenciais, desenhando-se ao longo do curso, de acordo com as necessidades e vivências dos estudantes.

Nas palavras da docente, a disciplina desempenha o papel de “presentificar memórias”, o que significa tornar realidades vividas elementos presentes, socializando lembranças e possibilitando o reconhecimento dos processos de construção de identidades sociais e culturais dos estudantes. O exercício da memória por meio das atividades propostas pela disciplina tem como objetivo registrar narrativas de grupos relegados ao esquecimento, trazer para o campo da história aquilo que foi silenciado, desvendar identidades e saberes anteriormente marginalizados e construir ativamente significados dados pelos próprios sujeitos em sua busca por mais conhecimento a respeito de sua história individual e coletiva.

Os principais conceitos trabalhados na disciplina, conforme a docente, são: território e suas variadas dimensões; identidade territorial camponesa; memória coletiva; memória relacional; tradição; campo; dentre outros conceitos.

Outra importante perspectiva incorporada à disciplina de “Pesquisa e Memória”, também contida nos processos de investigação propostos durante o Trabalho de Curso (TC), é a busca por desconstruir a ideia de campo sem camponês, como ressalta a docente. Assim, a partir das perguntas “O território que eu vivo é o mesmo território da história oficial?” e, “O meu assentamento é descrito nos diferentes documentos que pertencem ao meu município?”, além de outras questões propostas ao longo da disciplina, os estudantes buscam analisar se suas histórias individuais e coletivas estão presentes nas histórias oficiais de seus territórios a partir dos registros historiográficos existentes das regiões e municípios onde vivem.

Muitas vezes, o estudante é parte de uma história individual e coletiva que não é reconhecida oficialmente e não é retratada nos livros. A partir desses pontos, de acordo com a

docente, a disciplina estimula que o estudante se reconheça como parte de um território e compreenda que a memória é um elemento importante para o fortalecimento da identidade territorial camponesa. Nesse contexto, a metodologia de pesquisa e investigação, que busca conhecer mais da história de um determinado território, tem o papel de preencher lacunas da história; fazer o estudante se perceber como parte da história; contribuir para a valorização da sua história familiar, individual e coletiva; contribuir para a valorização da terra e da luta pela terra; contribuir para que o estudante se perceba como parte do território onde vive.

Todas as atividades desenvolvidas ao longo da disciplina são documentadas e transformadas em registros sistematizados, visando a utilizar os textos e produções como referência para a criação de instrumentos de intervenção em contextos específicos nas comunidades de origem dos estudantes.

Após analisar a estrutura e o desenvolvimento da disciplina intitulada “Pesquisa e Memória” e compreender a importância da valorização da investigação e da pesquisa para a formação de professores do campo, evidencia-se que a disciplina se organiza de forma a valorizar a identidade territorial camponesa dos estudantes e promove a aproximação dos mesmos com suas trajetórias, histórias, memórias e identidades, consolidando-se, assim, como um componente curricular que contribui para o processo de construção da identidade territorial camponesa dos estudantes num contexto individual e coletivo.

Considerações Finais

O campesinato brasileiro sobreviveu a diversos sistemas de produção ao longo do tempo que impulsionaram mudanças em seu território, ocasionando mudanças também na sua identidade, dando origem a uma identidade territorial camponesa múltipla, dinâmica e sempre em processo de construção. No Brasil, esta identidade se consolida em uma identidade coletiva de resistência, à medida que passa por processos de marginalização e retirada de direitos, ocasionando conflitos e gerando relações de poder.

A luta pela Educação do Campo, intimamente ligada à luta pela terra, busca um modelo de desenvolvimento do campo contrário ao modelo de desenvolvimento imposto pelo sistema

capitalista. O modelo de educação gestado a partir dos movimentos sociais compreende a importância da educação para a existência e resistência da identidade territorial camponesa e para a permanência dos jovens no campo. Dessa forma, uma política pública de formação de professores do campo traz a possibilidade de formação docente qualificada para trabalhar nas escolas do campo. É esta a contribuição do curso de Licenciatura em Educação do Campo LEdoC UnB - FUP para o fortalecimento da identidade territorial camponesa.

O curso se organiza pedagogicamente de modo a valorizar a identidade territorial camponesa, por meio de componentes curriculares que buscam integrar o conhecimento sistematizado pela academia com a vivência dos estudantes. Valoriza, ainda, os diferentes tempos formativos com a pedagogia da alternância, buscando manter o vínculo dos estudantes com suas comunidades e garantir a permanência deles no curso de formação superior. Possui componentes curriculares que valorizam a ação investigativa do futuro profissional da educação, como seminários, pesquisas, grupos de teatro, partilha de vivências, experiências em TC, etc., buscando promover o reconhecimento dos estudantes enquanto sujeitos imbuídos de direitos, pertencentes a uma história individual e coletiva, permeada por relações de poder, e a um território que provoca processos de identificação.

Podemos perceber, também, que os estudantes possuem uma identidade territorial ligada ao campo, aos hábitos e costumes camponeses, assim como referências positivas em relação ao meio rural. Apesar de serem várias as disciplinas do curso que permitem trabalhar a identidade territorial camponesa, os estudantes concluintes destacaram a relevância do componente curricular “Pesquisa e Memória” no que diz respeito à abordagem ligada ao seu cotidiano. Esta disciplina e outras semelhantes são de extrema importância para o reconhecimento dos estudantes enquanto camponeses e para a valorização de suas identidades.

Assim, o processo investigativo permitiu constatar que o curso de Licenciatura em Educação do Campo, enquanto política pública oriunda da reivindicação dos movimentos sociais, organiza-se desde os componentes curriculares, corpo docente, ementa, atividades até outros elementos da

formação docente possui potencialidades para a valorização da identidade territorial camponesa dos estudantes.

Referências

- BARBOSA, A. I. **A organização do trabalho pedagógico na Licenciatura em Educação do Campo/UnB: do projeto às emergências e tramas do caminhar**. Brasília, 2012.
- CALDAT, R. S. [Org] **Caminhos para a transformação da escola: Reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 155-178.
- FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. *In: MOLINA, M. C. (Org.). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39.
- FERNANDES, B. M. **Delimitação Conceitual de campesinato**. 2004. (texto não publicado) 5 páginas.
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. *In: JODELET, D. As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed: UERJ. 2001. p. 17-44.
- MOLINA, M. C.; SÁ, L.; M. Escola do Campo. *In: CALDART, R. et al. (Orgs.) Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politecnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- MOLINA, M. C.; SÁ, L.; M. Reflexões sobre o significado do protagonismo dos movimentos sociais na construção de políticas públicas de Educação do Campo. *In: MOLINA, M. C. [Org] Educação do Campo e Pesquisa II*. Brasília, MDA/MEC, 2010. pp. 137 – 149.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Ed Zahar Editores, 1978. 291p.
- OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições. 2007. Disponível em: < http://xa.yimg.com/kq/groups/17929366/910294454/name/livro_aviovaldo.pdf>. Acesso em: 15 out. 2010.
- RAFFESTIN, C. **O que é território?** *In: por uma geografia do poder*. SP: Ática, 1993. p. 143-185.
- SARAIVA, R. C. *In: BRASIL. Comissão Camponesa da Verdade – Relatório Final*. Brasília 2016.
- SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs). Geografia: conceitos e temas*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 77-116.
- SOUZA, F. E de. **As geografias das escolas no campo do município de Goiás: instrumento na valorização do território do camponês?**. 2012. 380 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/101432>>. Acesso em: 15 de fev. de 2020.

SOUZA, F. E de. Perspectivas teóricas e metodológicas para se pensar a identidade territorial camponesa nos livros didáticos de geografia. **RIET**, Ano I, Volume I, Número I Julho/Dezembro de 2020.

UNB. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Faculdade de Planaltina, 2009.